

---

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DE PESSOAS COM PARALISIA  
CEREBRAL NO CEST/UEA**

**TEFÉ  
2024**

---

**MARNILCE BATISTA DA SILVA**

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DE PESSOAS COM PARALISIA  
CEREBRAL NO CEST/UEA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Letras, no Centro  
de Estudos Superiores de Tefé, da  
Universidade do Estado do Amazonas,  
como requisito parcial para obtenção do  
grau de Licenciado em Letras.  
Orientadora: Odimar Lorenset

**TEFÉ  
2024**

## MARNILCE BATISTA DA SILVA

### Acessibilidade Arquitetônica de Pessoas com Paralisia Cerebral no CEST/UEA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Aprovado em 27 de Junho de 2024.

#### COMISSÃO EXAMINADORA



---

Prof. Me. Odimar Lorenset  
Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Orientador



---

Prof. Dra. Monica Dias Araujo  
Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Membro 1



Documento assinado digitalmente  
THEREZA D AVILA MARIA FERNANDES DE SOUZA  
Data: 08/07/2024 23:41:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Me. Maria Thereza Dávila M<sup>a</sup> Fernandes de Souza  
Coordenadora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE  
Membro 2

# ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DE PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL NO CEST/UEA

Marnilce Batista da Silva<sup>1</sup>  
Odimar Lorenset<sup>2</sup>

## Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal analisar se a acessibilidade arquitetônica está sendo garantida às pessoas com Paralisia Cerebral (PC), conforme as prerrogativas legais, no espaço do CEST/UEA. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa do problema e descritiva em relação aos objetivos. As técnicas de coleta de dados incluíram análise documental e observações e registros em campo, tanto escritos quanto fotográficos. Foram consultados autores, leis e decretos que contribuíram para um melhor entendimento da pesquisa. Destaca-se o embasamento de Corrêa, que ressalta a acessibilidade como um direito legal, além das importantes leis de acessibilidade, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto-Lei nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015, e a Lei nº 10.048/2000. Também foram referenciados Dischinger, que enfatiza o uso do Desenho Universal, e Kijima, que aborda o conceito de PC (Paralisia Cerebral). Evidencia-se que o espaço do CEST/UEA é apenas parcialmente acessível, o que ainda é insuficiente para atender plenamente às necessidades de acessibilidade das pessoas com Paralisia Cerebral (PC).

**Palavras-chave:** Acessibilidade arquitetônica; Paralisia Cerebral; Inclusão.

## Abstract:

This article's main objective is to analyze whether architectural accessibility is being guaranteed to people with Cerebral Palsy (CP), in accordance with legal prerogatives, within the CEST/UEA space. To achieve this, a qualitative and descriptive approach to the problem was adopted in relation to the objectives. Data collection techniques included documentary analysis and field observations and records, both written and photographic. Authors, laws and decrees were consulted, which contributed to a better understanding of the research. Corrêa's basis stands out, which highlights accessibility as a legal right, in addition to the important accessibility laws, such as Law nº 10.098/2000, Decree-Law nº 5.296/2004, Law nº 13.146/2015, and the Law nº 10.048/2000. Dischinger, which emphasizes the use of Universal Design, and Kijima, which addresses the concept of CP (Cerebral Palsy), were also referenced. It is clear that the CEST/UEA space is only partially accessible, which is still insufficient to fully meet the accessibility needs of people with Cerebral Palsy (CP).

**Keywords:** Architectural accessibility; Cerebral Palsy; Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foca no estudo da acessibilidade arquitetônica no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), pertencente à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), considerando os obstáculos que os alunos com Paralisia Cerebral (PC) enfrentam nos espaços públicos. É importante destacar que esses problemas persistem também dentro

---

1 Licencianda em Letras (2000) pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: marnilcebatistaigr31@gmail.com

2 Mestre em Educação (2011) pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. E-mail: odimlor@gmail.com

---

das instituições de ensino, portanto é essencial que a universidade forneça um ambiente inclusivo que garanta a permanência e o desenvolvimento desses acadêmicos. Dada a dificuldade que essas pessoas enfrentam ao ingressar na educação superior devido à falta de espaços adequados para suas necessidades, cabe à universidade assegurar que o processo de aprendizagem seja o mais eficiente possível, respeitando a autonomia dos de todos e garantindo seus direitos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar se a acessibilidade arquitetônica tem sido garantida às pessoas com PC conforme as prerrogativas legais no espaço do CEST/UEA. Os objetivos específicos são: analisar os aspectos arquitetônicos presentes nos prédios da universidade; verificar se a instituição possui estrutura acessível para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; comparar o espaço arquitetônico com as medidas e dimensões descritas nos documentos legais; e ressaltar a importância de um ambiente inclusivo dentro da instituição de Educação Superior.

Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa para investigar o problema e descritiva para atingir os objetivos. As técnicas de coleta de dados incluíram análise documental, além de observações e registros em campo, tanto escritos quanto fotográficos. Foram consultados diversos autores, leis e decretos que contribuíram para um melhor entendimento da pesquisa. Destacam-se as contribuições de Corrêa, que enfatiza a acessibilidade como um direito legal, e das principais leis de acessibilidade, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto-Lei nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000. Também contribuíram com a pesquisa Dischinger, que defende o uso do Desenho Universal, e Kijima, que aborda o conceito de PC.

Este artigo está organizado em três seções. A primeira aborda o conceito de PC e a inclusão dessas pessoas no ambiente educacional, incluindo escolas públicas, particulares e universidades. A segunda seção discute a acessibilidade arquitetônica, explicando o conceito de acessibilidade conforme os documentos oficiais, destacando as principais leis e decretos relacionados aos direitos dessas pessoas, e descrevendo o marco da acessibilidade no Brasil, além das dificuldades enfrentadas por alunos com PC na universidade. A terceira seção apresenta a análise dos resultados, onde se verifica se os aspectos arquitetônicos estão em conformidade com as normas da Norma Brasileira (NBR), através das fotos capturadas na universidade. Essas fotos incluem rampas, portas, banheiros, extintores, restaurante universitário, biblioteca e bebedouros. Também é feita uma breve reflexão sobre os resultados encontrados. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as

referências da pesquisa.

## **2. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E INCLUSÃO DA PESSOA COM PC NO ESPAÇO ACADÊMICO**

A PC é uma deficiência física que afeta o desenvolvimento da movimentação muscular do indivíduo. Isso significa que a pessoa com PC adquire dificuldades em sua musculatura, que muitas vezes ocorrem ainda na infância ou na fase adulta. Segundo Kijima (2006), a PC é um termo utilizado para designar um conjunto complexo de distúrbios da motricidade voluntária, ou seja, do controle dos movimentos, uma vez que essa é a parte do cérebro afetada.

No Brasil não foram encontrados estudos epidemiológicos que apontem o número total de pessoas com PC, ainda assim podemos destacar que muitos pesquisadores têm se dedicado para encontrar soluções que descrevam os tipos de PC, quais as causas, comorbidades. Ou seja, os pesquisadores buscam entender e estudar a melhor maneira de incluir essas pessoas, com isso acabam estudando o modo de vida e como as pessoas com deficiência estão sendo inseridas na sociedade e se estão tendo todos os seus direitos respeitados. Outrossim, estudar e avaliar as maneiras de tratamentos são primordiais. De acordo com Peixoto *at al* (2020), na literatura internacional o número de casos de pessoas com PC é de 2,11 a cada mil nascidos vivos levando em consideração as anormalidades placentárias, malformações congênitas, baixo peso ao nascer, cesarianas de emergência, asfixia durante o parto. Esses são alguns dos fatores que contribuem para o diagnóstico da pessoa com PC.

Essa deficiência se caracteriza pela degeneração e debilitação gradual dos músculos. Sua causa pode estar na imperfeição do funcionamento do metabolismo, que resulta na falta de nutrição dos músculos, na disfunção das glândulas endócrinas ou na deficiência dos nervos periféricos (Kijima, 2006). Ainda segundo a autora, a pessoa com PC adquire a perda dos músculos e essa perda acaba afetando o funcionamento, causando enfraquecimentos da musculatura.

A PC pode ser diagnosticado por volta do segundo ano de idade quando ainda criança, e também na fase da adolescência e fase adulta. Certas pessoas acabam nascendo com esta deficiência, e outras acabam manifestando na fase da vida adulta, seja por um

acidente ou pelo mal funcionamento de sua musculatura. Afeta principalmente os meninos, sendo raro em meninas. Os órgãos comprometidos são especialmente os músculos do esqueleto e, às vezes, os músculos cardíacos (Kijima, 2006).

Assim sendo, para que haja a inclusão dessas pessoas no espaço educacional, são necessárias mudanças na estrutura das escolas e universidades. Exemplos dessas mudanças incluem a instalação de rampas, corrimãos e portas largas, além da remoção de qualquer objeto que dificulte a passagem de cadeiras de rodas. É também primordial o uso de tapetes antiderrapantes em áreas escorregadias. Além dessas modificações, é essencial adequar as salas de aula conforme as necessidades desses indivíduos, como a inclusão de descansos para os pés, suportes para livros, assentos giratórios nas carteiras para facilitar o movimento de levantar e sentar, cadeiras ajustáveis, mesas que podem ser erguidas, estabilizadores, mesas adaptadas e ajudas técnicas específicas para as necessidades do aluno. Diante disso, é crucial adequar o espaço acadêmico para garantir um ensino de qualidade, inclusivo e equitativo.

## **2.1 Acessibilidade arquitetônica no espaço acadêmico: aspectos conceituais e normativos**

As Pessoas com Deficiência (PcD) têm o direito respaldado por legislação de frequentar estabelecimentos de ensino regulares e salas de aula convencionais. Conforme estipulado pela Constituição Federal (CF), a educação inclusiva é um direito universal, e para sua efetivação, as instituições educativas devem criar um ambiente que atenda às necessidades individuais de cada aluno, o que implica na aceitação das diversidades e na provisão de acessibilidade.

A palavra "acessível" vem do latim "*accessibile*", que é um adjetivo com significados como algo que pode ser alcançado, obtido ou possuído, bem como algo inteligível, compreensível, moderado e razoável (Dicio, 2024). Esse termo é amplamente empregado em áreas como arquitetura, medicina, informática, transportes e outros campos.

Acessibilidade é o direito de utilizar os espaços e serviços oferecidos pela cidade, independentemente da capacidade de cada pessoa. Esses espaços devem ser acessíveis a todos os cidadãos, seja em situações de limitações temporárias ou permanentes. Nesse sentido, a acessibilidade visa garantir a autonomia e a participação ativa na sociedade das

Pessoas com Deficiência (PcD). Ela não apenas assegura a qualidade da educação para todos, como também promove direitos iguais e a liberdade de locomoção em vários contextos, especialmente em ambientes educacionais. Seu objetivo primordial é eliminar quaisquer barreiras que possam dificultar o desenvolvimento pleno da aprendizagem.

Todavia, é importante destacar a variedade de formas de acessibilidade, cada uma desempenhando um papel vital na promoção da inclusão. Estas incluem a acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, instrumental, nos transportes e nas comunicações (Brasil, 2004; 2015; 2020). Na arquitetura, em particular, "acessível" refere-se a um conceito contemporâneo relacionado às questões de deficiência e restrições de mobilidade (Brasil, 2004; 2015). O seu propósito então é remover obstáculos físicos que frequentemente impedem o uso adequado dos espaços. É imprescindível, então, avaliar as estruturas em conformidade com os padrões legais, garantindo assim que tanto espaços públicos quanto privados sejam acessíveis às pessoas com deficiência.

A definição da ABNT (2020) ressalta que a acessibilidade arquitetônica envolve o acesso seguro e autônomo a uma variedade de espaços e serviços. Conforme a ABNT, a Acessibilidade Arquitetônica pode ser definida como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p. 2).

Este conceito enfatiza a importância de tornar locais, transportes e equipamentos acessíveis de forma segura, permitindo que pessoas com diferentes deficiências possam participar plenamente da vida cotidiana, seja no espaço urbano ou rural. A sociedade tem a responsabilidade de garantir esses direitos, não apenas promovendo a autonomia, mas também demonstrando a igualdade de direitos para todos.

Em sua tese, Corrêa (2014) ressalta que a acessibilidade é um direito legalmente estabelecido, fundamental para permitir que PcD possam frequentar todos os espaços educativos e participar plenamente de todas as atividades de forma segura, confortável e independente, levando em consideração suas capacidades e limitações. Nesta perspectiva, a acessibilidade arquitetônica é de fundamental importância, pois proporciona recursos essenciais que contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Além disso, possibilita que os estudantes possam circular livremente em diversos ambientes, facilitando assim a interação e a inclusão.

---

A acessibilidade no Brasil começou a ser vista como um recurso fundamental para garantir os direitos de todos somente em 1988, com a Constituição Federal (CF). No entanto, nessa época, não se garantia a inclusão de pessoas com deficiências na escola regular, sendo considerado um direito social, ou seja, um dever do Estado e da família inseri-las na educação escolar. Isso não era suficiente para que o tema ganhasse a força e o respeito merecidos. Anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 assegurou que a Educação Especial deve ser oferecida na rede regular de ensino e enfatizou que o processo formativo se desenvolve na vida familiar, no trabalho, nas instituições (inclusive de Educação Superior) e no convívio humano.

Especificamente, as bases legais da acessibilidade arquitetônica são fundamentais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência. Assim, foram criadas leis, decretos e portarias com o objetivo de promover a igualdade e a inclusão. Destaca-se, por exemplo, a Lei nº 10.048/2000, que trata da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo. Essa lei estabelece que os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, devem seguir normas de construção definidas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas com deficiência. Também em 2000, foi aprovada a Lei nº 10.098/2000, que dispõe sobre a acessibilidade física, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Isso inclui a eliminação de barreiras e obstáculos em vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e reformas de edifícios, além dos meios de transporte e comunicação.

Em 2004, foi aprovado o Decreto-Lei nº 5.296/2004, que define que a acessibilidade nos espaços deve ser garantida pela observação técnica do arcabouço normativo. Esse decreto destaca que a concepção e a implementação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste decreto.

Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei tem como objetivo promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social, como educação, trabalho, saúde e acessibilidade, entre outros. Em vários de seus artigos, a lei estabelece diretrizes específicas para assegurar que

---

os espaços físicos sejam acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A LBI estabelece a obrigação de adaptar ambientes construídos, como edifícios públicos e privados, para assegurar o acesso seguro e autônomo de todas as pessoas. Ela determina a eliminação de barreiras arquitetônicas e a implementação de medidas como rampas, corrimãos, sinalizações táteis, elevadores acessíveis, entre outras, que facilitam a circulação e utilização dos espaços por indivíduos com diferentes tipos de deficiência (Brasil, 2015). A legislação também exige que projetos arquitetônicos e urbanísticos sigam padrões técnicos de acessibilidade conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras regulamentações aplicáveis.

A LBI é fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que proclama a igualdade e a dignidade inerentes a todos os seres humanos desde o nascimento (Unesco, 1948). Esse princípio reflete a ideia central de igualdade de direitos para todos, embora essa igualdade nem sempre seja efetivamente observada na prática. Além disso, é crucial destacar a importância da Declaração de Salamanca, que é parte integrante do movimento que culminou na LBI. Essa Declaração enfatiza a necessidade de atender às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com deficiência, promovendo a igualdade de acesso à educação para todos os tipos de deficiência como parte essencial do sistema educacional (Unesco, 1990).

Além das leis mencionadas, há outros importantes documentos oficiais que contribuem para a implementação da acessibilidade, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que aborda a Educação Especial no capítulo V; a Resolução nº 2/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), uma política de âmbito nacional que trata a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas do sistema educacional brasileiro na perspectiva da educação inclusiva; e o Plano Nacional de Educação 2014-2024, que ressalta a necessidade de universalizar o acesso à Educação Básica para pessoas com deficiência (PcD).

Nesse contexto, reconhece-se as dificuldades enfrentadas por alunos com PC nas universidades devido à falta de acessibilidade estrutural. Também reconhece-se que para garantir a participação plena nas atividades acadêmicas é necessário adequar o ambiente, considerando todos os tipos de deficiência. Poucos ambientes escolares são planejados e

preparados para atender a todas as pessoas sem a aplicação rigorosa da legislação. É essencial que todos, desde engenheiros e arquitetos até profissionais da educação, tenham conhecimento e conscientização sobre a importância da acessibilidade. O princípio desse conhecimento deve começar com a compreensão da diferença entre deficiência, paralisia cerebral e acessibilidade arquitetônica.

A acessibilidade arquitetônica ou espacial, segundo Dischinger e Machado (2006, s/p),

Significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem, fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.).

É fundamental que as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Paralisia Cerebral (PC), desenvolvam sua própria autonomia para que possam realizar suas atividades de forma independente, sem precisar da assistência constante de outras pessoas. Para alcançar essa autonomia, é dever das instituições de ensino fornecer um ambiente seguro, confortável e acessível, sem barreiras que possam dificultar o direito de ir e vir. A construção de um ambiente acessível não é apenas uma questão de cumprir a legislação, mas também de promover a dignidade e o respeito pelos direitos das pessoas com deficiência. Isso inclui a implementação de rampas, elevadores adequados, portas amplas, banheiros adaptados e sinalizações claras. Além disso, é importante considerar a utilização de tecnologias assistivas que facilitem a comunicação e o aprendizado.

A ausência de acessibilidade pode levar a sentimentos de exclusão e frustração, impactando negativamente o desempenho acadêmico e a autoestima dos alunos com deficiência. Portanto, a responsabilidade de criar um ambiente inclusivo deve ser compartilhada por todos os membros da comunidade acadêmica, incluindo administradores, professores, engenheiros e arquitetos.

Nessa direção, Dischinger et al. (2004) utilizam o conceito de Desenho Universal para entender e orientar os projetos arquitetônicos, abordando os seguintes direitos: **Direito à equidade e participação:** Todos os espaços devem ser desenhados de maneira a não distanciar ou excluir pessoas, promovendo a socialização e a integração entre indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais; **Direito à independência:** Todos os espaços físicos – pátios, banheiros, caminhos, salas, etc. – e seus componentes –

brinquedos, pisos, rampas, carteiras, etc. – devem permitir a realização de diferentes atividades de forma que todos possam aproveitá-los; **Direito à tecnologia assistiva:** Todos os alunos têm direito de utilizar equipamentos, instrumentos, recursos e material técnico-pedagógico adaptados para uso individual ou coletivo, de modo que possam realizar e participar de diversas atividades escolares; **Direito ao conforto e segurança:** Todos os ambientes e equipamentos devem possibilitar o uso e a realização de atividades com conforto e segurança, atendendo às necessidades especiais de cada indivíduo. O objetivo do desenho é diminuir o cansaço, reduzir o esforço físico e evitar riscos à saúde e acidentes; **Direito à informação espacial:** Deve ser prevista a possibilidade de acesso à informação sobre a acessibilidade arquitetônica, garantindo que todos os alunos possam compreender, se orientar e utilizar os espaços adequadamente.

O Desenho Universal tem como objetivo principal criar ambientes que sejam inclusivos e acessíveis a todos, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, mentais ou sensoriais. Ainda, tem como objetivo conscientizar profissionais da engenharia e da arquitetura sobre a importância de criar espaços físicos inclusivos. Com base nos princípios do Desenho Universal, esses profissionais podem desenvolver projetos que estabeleçam ambientes acessíveis, garantindo a permanência dos discentes nos espaços educacionais. Dessa forma, busca-se assegurar o acesso de pessoas com deficiência a todos os lugares, sejam eles públicos ou privados, diminuindo o esforço físico necessário para realizar e participar de diversas atividades.

Assim, o Desenho Universal é essencial porque colabora significativamente na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, oferecendo oportunidades e integração para todos que possuem alguma deficiência ou mobilidade reduzida. Ao criar espaços que atendam às necessidades de todos, o Desenho Universal contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos têm a possibilidade de participar plenamente e com autonomia.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia desempenha um papel fundamental na elaboração da pesquisa. Nesta investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa para o problema e uma abordagem descritiva para os objetivos. Conforme Severino (2017), a pesquisa qualitativa

busca entender o estudo da linguagem como, por exemplos, os significados, as palavras etc. Este tipo de pesquisa visa analisar o porquê das coisas. Além disso, busca compreender o comportamento, os pontos de vista das pessoas, e seu objetivo é uma pesquisa aprofundada daquilo que está sendo pesquisado.

Já a pesquisa descritiva está voltada para descrição do que está sendo estudado ou pesquisado. Nessa mesma direção, Gil (2017, p. 32) assevera:

A pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria.

No que se refere ao tipo de levantamento de dados, a pesquisa é classificada como de campo. A pesquisa de campo consiste em investigações realizadas diretamente no ambiente a ser estudado. De modo geral, ela permite ao pesquisador realizar observações e interpretações dos fatos em seu contexto natural (Gil, 2017).

A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), da Universidade do Amazonas, situado na Estrada do Bexiga, nº 1.085, bairro Jerusalém, Tefé, AM. Durante a pesquisa, foram identificados seis acadêmicos com diferentes deficiências, incluindo um com PC.

O levantamento de dados foi realizado através de fontes documentais e de observações e registros de campo (escritos e fotográficos). As técnicas de pesquisa são procedimentos que permitem uma investigação aprofundada, na qual o pesquisador identifica e analisa documentos, comparando-os com a realidade. Segundo Severino (2017, p. 149), a técnica de pesquisa documental pode ser definida como "[...] toda forma de registro e sistematização de dados e informações, preparando-os para análise pelo pesquisador". O autor enfatiza que este tipo de pesquisa organiza os dados coletados de maneira que facilite a análise posterior.

Além da documentação, a coleta de dados envolveu o uso de fotografias, feitas para registrar a estrutura da universidade, como rampas, banheiros, portas, entre outros elementos, para verificar a conformidade com as normas oficiais. O uso de fotografias enriquece o estudo e facilita a interpretação dos fenômenos estudados.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como adiantado, nesta pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa e descritiva, cujo objetivo é descrever os fenômenos investigados. A técnica de pesquisa adotada incluiu a pesquisa documental e o uso de fotografias para compreender melhor a organização da estrutura dentro da universidade, assegurando que todos tenham acesso aos diferentes ambientes. A análise baseou-se na Norma Brasileira pertinente, comparando o documento com a realidade dentro da instituição, com foco na acessibilidade arquitetônica e na conformidade com as normas estabelecidas. Os elementos avaliados incluíram rampas, banheiros, portas, janelas, salas de aula, extintores, salas diversas, bebedouros, biblioteca, auditório e restaurante universitário, com medidas e dimensões comparadas às especificações da NBR.

### **Rampas**

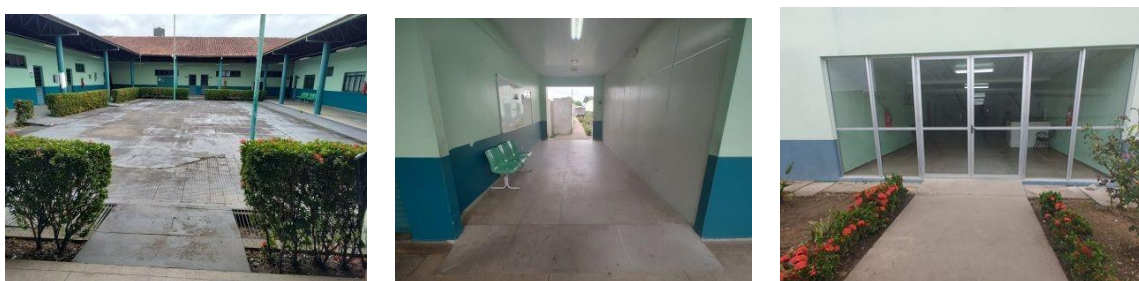
As rampas são peças fundamentais quando se trata de acessibilidade arquitetônica especialmente para pessoas com PC. Além disso, para que uma rampa tenha sua funcionalidade é necessário levar em consideração toda sua estrutura. A NBR considera rampas com declividade igual ou superior a 5% e o peso deve atender às condições de 6.3. Destaca ainda que para uma rampa ser acessível deve ser definido um número máximo de inclinação e segmentos, além disso é necessário a presença de áreas de descanso, patamares e corrimões.

As rampa da entrada do CEST/UEA não está acessível conforme descreve o documento oficial, pois não há corrimões, o que levaria um cadeirante a sentir dificuldade de acessar essa entrada. A rampa de acesso aos prédios 1 e 2 estão acessíveis seguindo as normas da NBR. As rampas da área de lazer seguem as normas do documentos, porém nota-se que estão desgastadas e isso, de certa forma, dificultaria o acesso de uma pessoa com PC. As rampas de acesso ao corredor da entrada do prédio 3 e da cantina também estão aptas para atender as necessidades desses alunos. Entretanto, a rampa de acesso às secretarias dos cursos e a da parte superior do prédio não estão obedecendo as normas oficiais, visto que a largura, declividade e curvas não seguem as devidas regras.

**Figura 1** - Rampa da entrada **Figura 2** - Rampa do prédio 1 **Figura 3** - Rampa do prédio 2



**Figura 4** - Rampas da área de lazer **Figura 4** - Acesso às salas **Figura 5** - Acesso a entrada



**Figura 5** - Acesso a cantina **Figura 6** - Acesso aos laboratórios **Figura7** - Bebedouros



É fundamental garantir o acesso à água para todas as pessoas, incluindo indivíduos com diferentes deficiências. Para isso, é importante que a universidade disponibilize diversos tipos de bebedouros, tais como os de bica, de garrafão, entre outros. De acordo com a NBR, os bebedouros de bica precisam ter o jato inclinado para facilitar a sua utilização, além disso precisa ter duas alturas diferentes de cada bica, tendo uma 0,90m e a outra entre 1,00m e 1,10m. Durante a realização da pesquisa observou-se a presença de apenas 1 bebedouro de bica, e, vale ressaltar, que não se enquadra nas medidas que descreve o documento citado, assim as pessoas com PC sentiriam dificuldade de usar, pois o mesmo não está acessível. Os bebedouros tipo garrafão necessitam ter entre 0,80m e 1,20m de altura, permitindo ser utilizado pela lateral por pessoas com PC. No CEST foram

encontrados bebedouros que não estavam sendo utilizados, outros com muitos impasses quando se trata de acessibilidade, os demais estavam funcionando de forma acessível, porém não se enquadram nas medidas que descreve a NBR, muitas pessoas sentiriam dificuldades em usá-los, pois encontrariam contratempos durante o uso, porque muitos deles não estão na altura adequada e com metade das torneiras funcionando.

**Figura 8** - Bebedouro da entrada



**Figura 9** - Bebedouro do prédio 2



**Figura 10** - Bebedouro de acesso a cantina



## Banheiros

Para que um banheiro se torne acessível é importante levar em consideração sua estrutura, precisam estar localizados em lugares de fácil acesso, de preferência em rotas de circulação principal. Também deve-se evitar lugares distantes para situação de emergência, e recomenda-se que a distância a ser percorrida de qualquer parte do edifício para um banheiro acessível precisa ser de 50m. As dimensões dos boxes precisam estar de acordo com os parâmetros de acessibilidade, onde a circulação precisa ser com giro de 360°, área necessária para garantir que o cadeirante tenha acesso a lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária, as áreas de manobras precisa ser de no máximo 0,10m, sob a bacia sanitária e 0,30m o lavatório.

Os lavatórios podem ser instalados com ou sem coluna suspensa, tendo a altura frontal livremente na superfície inferior e na superfície superior deve variar entre 0,78m a 0,80m em relação a porta, que deve ser instalada de modo que sua abertura abra do lado externo do sanitário, deve possuir um puxador horizontal do lado de dentro da porta, esse puxador deve medir 0,40m de comprimento e seu afastamento precisa ser de no máximo 40mm, seu diâmetro entre 25mm e 35mm, as válvulas tanto do sanitário, das torneiras, trincos, barras e puxadores devem estar de maneira que tenha o alcance manual, o espelho deve ser instalado de modo que uma pessoa consiga realizar seu alcance visual, é

recomendado a instalação de ducha higiênica que deve estar ao lado da bacia sanitária e principalmente precisar estar ao alcance dos indivíduos.

Os pisos dos sanitários e boxes precisam ser antiderrapantes, sem a presença de desníveis na entrada, os ralos precisam estar fora da área de circulação. As barras de apoio visam garantir o uso com segurança e autonomia desse espaço, com isso devem suportar o peso de no mínimo 150kg, devem estar firmemente fixadas a distância de 40mm entre a parede e a face interna da barra, as dimensões devem ser transversal entre 30mm e 45mm. Vale destacar que essa medida pode variar conforme os modelos dos sanitários, e podem ser nos formatos de U ou L. A bacia sanitária deve permitir que um cadeirante use a parte lateral, perpendicular e diagonal, deve ter sua altura de 0,43m e 0,45m do piso essa medida corresponde apenas para a borda superior ou seja a parte sem o assento, já com assento essa medida passa a ser de no máximo 0,46m para os adultos e 0,36m para infantis.

Os banheiros deveriam estar acessíveis, com espaço amplo e portas adequadas. No entanto, o banheiro feminino do prédio 1 não estava funcionando devido a uma trava quebrada, dificultando sua abertura. O banheiro masculino estava aberto e operacional, mas também servia como local de armazenamento para vassouras e desinfetantes. No prédio 2, os banheiros também armazenavam utensílios de limpeza próximos ao vaso sanitário e nas paredes. Importante destacar que esses banheiros não possuíam barras de apoio, os espelhos estavam posicionados muito altos, o papel toalha e o sabonete estavam em alturas que dificultariam o acesso para uma pessoa com deficiência física. Além disso, o corredor era estreito, dificultando o deslocamento dessa pessoa sem esbarrar em outras. Esses fatores comprometem o acesso exclusivo desses espaços por pessoas com deficiências, podendo desencorajá-las a utilizá-los devido à falta de condições adequadas.

**Figura 11 - Banheiro**  
Feminino prédio 1



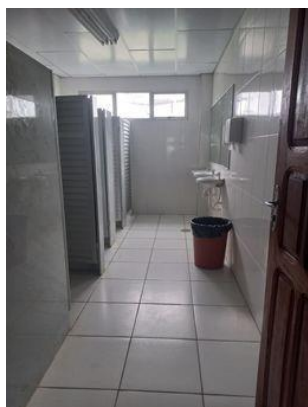
**Figura 12 - Banheiro**  
Feminino prédio 1



**Figura 13 - Banheiro**  
Feminino prédio 2



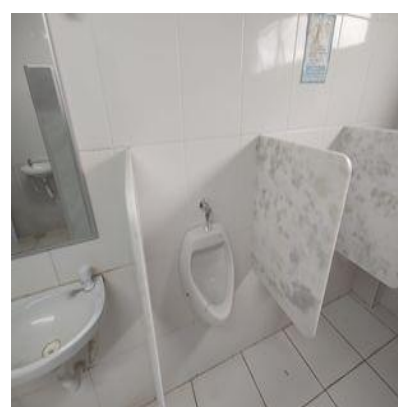
**Figura 14 - Banheiro**  
Feminino prédio 2



**Figura 15 - Banheiro**  
Masculino prédio 1



**Figura 16 - Banheiro**  
Masculino prédio 1



**Figura 17 - Banheiro**  
Masculino prédio 2



## **Salas**

As portas das salas são determinantes para que as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida tenham acesso ao conhecimento, pois as salas de aulas além de

favorecer o acesso ao conhecimento devem garantir a inclusão dessas pessoas. Diante disso é necessário que as portas tenham o acesso de 360°, tendo uma distância de 0,60mm entre a maçaneta e a parede, o vão livre da porta deve ser maior ou igual a 0,80mm. As portas precisam estar com espaço livre de 0,30mm entre a parede e a porta quando o indivíduo for abrir, e quando for aberta no sentido oposto deve ter 0,60mm. Para que as portas se tornem acessíveis é necessário levar em consideração a altura da maçaneta, que deve ser de 0,80mm e 1,10m, além do mais, as portas precisam ser resistentes a impactos, sejam eles das rodas das cadeiras ou de bengalas.

A maioria das salas encontradas no CEST têm portas acessíveis de acordo com as medidas estabelecidas, incluindo a sala de Ikuantupa, que está acessível. No entanto, há uma deficiência na entrada, pois o botão de abertura da porta está posicionado em uma altura que uma pessoa com deficiência física não conseguiria acionar sem assistência. Algumas salas possuem barreiras que impedem o acesso, como é o caso da sala de estudos, destinada ao aluno para realização de trabalhos acadêmicos. No prédio 2, algumas salas, como a do CTIC e a de repografia, não estão adaptadas. As salas do prédio 3 têm portas que atendem às necessidades dessas pessoas, mas dentro das salas, a circulação de cadeira de rodas pode ser difícil devido ao espaço reduzido entre as fileiras de cadeiras. Para resolver esse problema, as cadeiras poderiam ser dispostas em círculo, permitindo melhor acesso para cadeirantes e eliminando obstáculos que possam dificultar o desenvolvimento acadêmico desses alunos.

**Figura 18** - Sala de estudo



**Figura 19** - Repografia



**Figura 20** - Sala CTIC



**Figura 21 - Salas prédio 3**



**Figura 22 - Sala de aula**



**Figura 23 - Sala prédio 1**



**Figura 24 - Secretaria Geral**



**Figura 25 - Direção**



**Figura 26 - Sala de reunião**



## **Biblioteca**

A biblioteca é um espaço destinado a atender às necessidades dos estudantes em relação ao ensino. Para garantir que a sala de leitura seja acessível a todos, é fundamental que 5% das mesas sejam acessíveis e 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. O espaço entre as estantes de livros deve ter no mínimo 0,90m de largura, e nos corredores a distância entre as estantes deve ser de pelo menos 1,5m, permitindo que cadeirantes possam manobrar suas cadeiras de rodas. Além disso, os fichários devem estar posicionados em alturas que permitam alcance manual e visual. Para complementar a acessibilidade, é essencial que a biblioteca disponha de materiais audiovisuais, textos em formatos digitais e em Braille.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que a biblioteca apresenta diversas irregularidades em relação à acessibilidade. As estantes estão posicionadas muito próximas umas das outras, o que não proporciona largura suficiente para um cadeirante. Apesar de

ser um ambiente funcional, é crucial realizar melhorias para que todos possam realizar suas atividades de maneira adequada.

A sala possui três mesas com cadeiras próximas umas das outras, um balcão muito alto onde um cadeirante não seria visível pelo atendente, e os fichários estão em alturas inadequadas. Além disso, não há espaço suficiente entre os corredores das estantes, e a rampa na porta não está em conformidade com as medidas necessárias para acessibilidade.

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

**Figura 27 - Biblioteca**



**Figura 28 - Balcão**



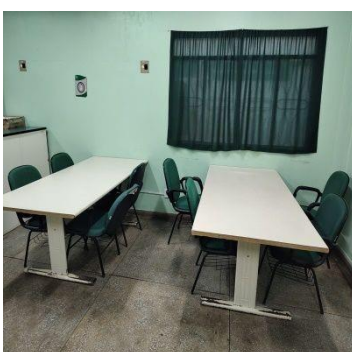
**Figura 29 - Estantes**



**Figura 30 - Mesa e cadeira**

**Figura 31 - Computadores de estudo**

**Figura 32 - Mesa de leitura**



### **Restaurante Universitário**

O restaurante universitário no CEST atualmente opera em um espaço improvisado para atender às necessidades dos alunos. No entanto, percebe-se que apenas a entrada e saída possuem estrutura acessível. Uma pessoa com deficiência teria dificuldades significativas durante as refeições devido aos obstáculos no caminho, que são as próprias mesas e cadeiras. Elas teriam dificuldades para manusear a cadeira de rodas, enfrentariam

desafios ao pegar o prato devido à altura da bancada, encontrariam problemas para realizar o pagamento e não teriam mesas adequadas para se acomodarem confortavelmente. Diante dessa situação, é imprescindível um ambiente que seja pensado para a inclusão e acessibilidade de todas as pessoas.

**Figura 33** - Porta de entrada e saída do RU    **Figura 34** - Mesa de acesso entrada    **Figura 35** - Mesas e bancos



### Janelas

As janelas devem obedecer alturas e laguras, segundo a NBR, para que uma janela esteja propícia a proporcionar seu acesso é necessário que a pessoa seja capaz de vê-la, ou seja, deve estar no limite do alcance visual, é importante que o deficiente consiga realizar sua abertura sem fazer esforço, essa abertura deve ocorrer com apenas uma mão. Deve obedecer as medidas de 0,60mm-1,20mm, do alcance do abridor das janelas com exceção de janelas de emergências que não podem ser abertas diariamente. As janelas encontradas na Universidade não atendem as essas exigências pelo fato de se encontrarem em uma altura elevada onde um cadeirante não consegue alcançar para realizar a abertura, com isso as janelas não estão acessíveis para o uso de pessoas com PC.

### Extintores

No CEST, há vários extintores distribuídos, o que é positivo para a prevenção de incêndios, sendo dever da instituição garantir a segurança dos estudantes. No entanto, alguns desses extintores estão posicionados em altura baixa, o que poderia levar uma pessoa cadeirante a esbarrar ou colidir com outras pessoas ao tentar desviar. É essencial lembrar que a acessibilidade deve estar presente em todos os ambientes, especialmente no acesso aos diversos espaços da instituição.

**Figura 36** - Extintores do prédio 4



**Figura 37** - Extintores do prédio 3



**Figura 38** - Extintores do prédio 3



### **Laboratórios**

Os laboratórios estão localizados na parte superior do prédio 4. Para acessar este local, é necessário subir uma rampa que não está em conformidade com as normas de acessibilidade. Um cadeirante não conseguiria acessar esse ambiente sem assistência de terceiros. Portanto, é imprescindível a instalação de um elevador neste espaço. Acredito que a presença de um elevador facilitaria significativamente a vida desses alunos, além de promover a inclusão e participação dos acadêmicos pela universidade. Ao entrar neste ambiente, observa-se que as cadeiras não estão espaçadas adequadamente, e as mesas são altas, dificultando o encaixe de uma cadeira de rodas. Portanto, são necessárias melhorias para tornar este espaço verdadeiramente acessível.

### **Acesso total**

É muito importante que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham acesso às diversas salas do CEST, como a secretaria dos cursos, sala da direção, coordenação, jardins, auditórios e outros espaços acadêmicos. Infelizmente, muitas dessas salas apresentam barreiras significativas. Por exemplo, alguns balcões são demasiadamente altos, o que impossibilita que uma pessoa em cadeira de rodas seja vista ou veja a pessoa do outro lado.

No CEST, alguns auditórios não estão configurados conforme as normas necessárias para acessibilidade. As cadeiras de rodas precisam de espaço que mede 0,80m

por 1,20m, com um deslocamento de 0,30m em relação às cadeiras adjacentes. Quando um cadeirante possui um acompanhante, é necessário um espaço livre de pelo menos 0,30m. Além disso, é crucial que os corredores sejam desobstruídos para permitir o acesso de pessoas com deficiência visual. Sinais em Braille são fundamentais para orientar essas pessoas e tornar o ambiente acessível.

Durante a pesquisa, foi observado que algumas salas da secretaria dos cursos apresentam barreiras significativas, começando pela rampa de entrada entre os prédios, que não possui largura adequada. Outra dificuldade é a altura inapropriada das maçanetas das portas e dos balcões altos, que dificultam o contato visual.

De modo geral, muitos espaços no CEST ainda apresentam obstáculos que impedem a autonomia e o acesso adequado das pessoas com deficiência. Isso pode resultar em falhas na comunicação e até mesmo desistências entre outros fatores. Muitas melhorias são necessárias para que as pessoas com deficiência se sintam plenamente incluídas na universidade. Nesse sentido, é crucial que as autoridades dediquem atenção especial à estrutura física, pensando em todas as pessoas. Todo o ambiente precisa de ajustes para promover a inclusão de todos.

Nesse contexto, é importante lembrar dos princípios do desenho universal, conforme descrito por Dischinger, que enfatiza a importância de uma estrutura adequada voltada para pessoas com deficiência. Corrêa (2014) destaca que a acessibilidade é um direito legal, e é essencial que todas as pessoas possam exercê-lo em qualquer lugar. Leis como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto-Lei nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000 foram estabelecidas para garantir a acessibilidade arquitetônica em todos os espaços, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Os resultados do levantamento mostraram que salas de aula, biblioteca, restaurante universitário, laboratórios, bebedouros e rampas ainda possuem barreiras significativas que impedem o acesso adequado, não cumprindo as normas estabelecidas. A acessibilidade nos espaços públicos é crucial e desempenha um papel determinante na inclusão dos alunos. Portanto, é responsabilidade da universidade assegurar que alunos com deficiência ou mobilidade reduzida sejam plenamente integrados na sociedade.

Conseqüentemente, foi identificada a necessidade de realizar mudanças estruturais na universidade, como a instalação de elevadores, adaptação de balcões com alturas adequadas, adequação das rampas na biblioteca e topografia, disponibilização de cadeiras e mesas acessíveis no restaurante, instalação de barras de apoio nos banheiros masculinos e

femininos, ajustes na altura dos extintores e janelas nos prédios, conforme exigido pelas leis e normas brasileiras. Essas medidas visam promover a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A acessibilidade arquitetônica deve ser garantida da melhor forma possível, pois isso contribui significativamente para melhorar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento do aluno e, sobretudo, construir sua autonomia. Portanto, é crucial remover todas as barreiras para que todos tenham o direito de participar plenamente na instituição. Conclui-se, portanto, enfatizando a importância da inclusão de todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. É essencial que todos tenham acesso à educação para poderem construir uma trajetória de vida brilhante.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa nos permitiu percorrer um caminho frequentemente negligenciado por muitas pessoas, pois é evidente que nem todas estão preocupadas em construir lugares acessíveis, como por exemplo, locais com estruturas arquitetônicas adequadas. Sabemos que para auxiliar cidadãos, principalmente aqueles com deficiência, é essencial adequar não apenas escolas, mas também universidades. Além disso, é fundamental garantir que seus direitos sejam plenamente atendidos.

Durante a análise dos resultados, observamos que as leis de acessibilidade não estão sendo devidamente cumpridas. Portanto, é crucial que todos os espaços dentro das universidades sejam acessíveis. Caso contrário, um cadeirante não conseguirá ter acesso universal ao espaço, o que pode causar constrangimento pela falta de liberdade. Para resolver essa situação, são necessárias melhorias na estrutura da instituição. É importante que as autoridades prestem atenção a esse problema, pois as pessoas com deficiência precisam estar incluídas e participar ativamente da sociedade. A universidade deve reconhecer o aluno como um agente fundamental no que diz respeito à acessibilidade.

As PcD precisam estar integradas em ambientes que atendam plenamente às suas necessidades. No entanto, durante a análise dos resultados no CEST, identificamos obstáculos que limitam o acesso total dessas pessoas, assim como de outras com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, observamos que alguns ambientes acessíveis não estão em conformidade com os documentos mencionados anteriormente.

Portanto, é essencial que essas melhorias sejam implementadas o mais rapidamente possível, não apenas para não prejudicar o futuro dos acadêmicos, mas também para promover a qualidade de vida acadêmica. Nesse contexto, é fundamental respeitar e garantir os direitos dessas pessoas. Devemos promover a inclusão, não a exclusão, pois todos somos iguais, embora com necessidades diferentes.

## Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas-Abnt. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Planalto, 1998.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Planalto, 1996.

Brasil. **Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, DF: Planalto, 2000.

Brasil. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, DF: Planalto, 2000.

Brasil. **Decreto nº 5.296, de 08 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2004.

Brasil. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Planalto, 2015.

Corrêa, P. M. **Acessibilidade no Ensino Superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos**. [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília], 2014.

Dicio. **Dicionário online da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acessivel> Acesso em: 12 maio 2024.

Dischinger, Marta *et al.*. **Desenho Universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis**. SME, Florianópolis Prelo, 2004.

Dischinger, Marta; Machado, Rosângela. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. *In: Revista da Educação Especial*. Ano 2, nº 2, ago., 2006. Brasília,

---

DF: Secretaria de Educação Especial, 2006.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Kijima, M.G. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência física/neuro-motora. 2.ed. Brasília, DF: MEC/SEE, 2006.

Peixoto, S.V.M. *et al.*. **Características epidemiológicas da Paralisia Cerebral em crianças e adolescentes em uma capital do nordeste brasileiro**. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1809-2950/20012527042020>.

Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Unesco. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educacionais especiais**. Espanha: UNESCO, 1994.